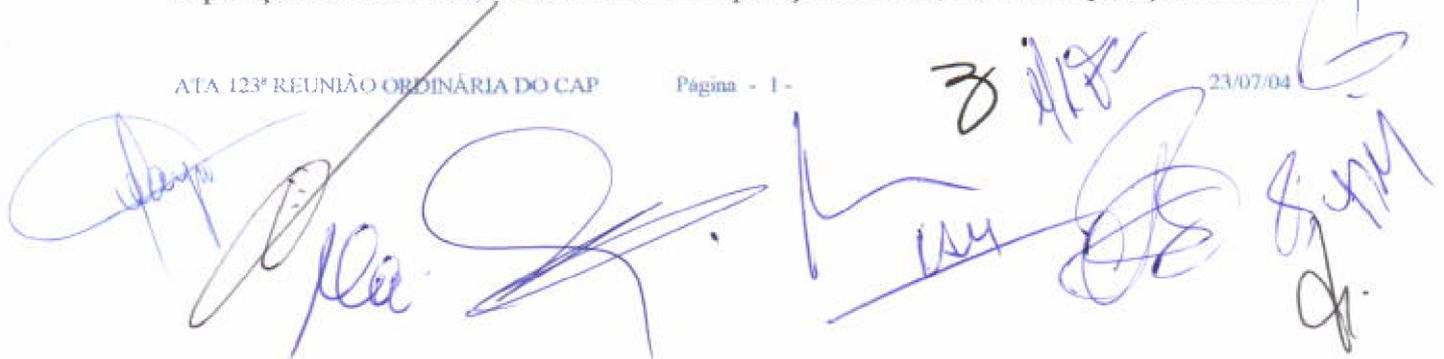
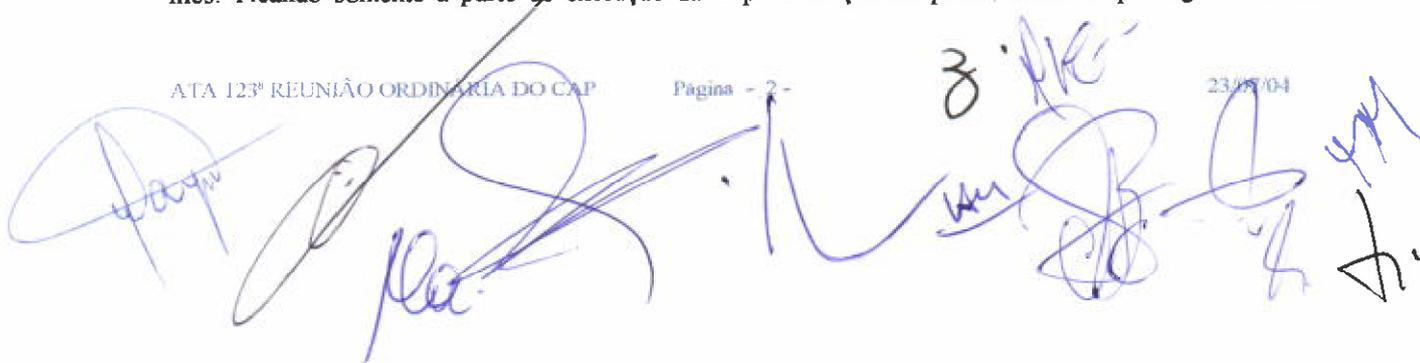


ATA DA 123ª REUNIÃO ORDINÁRIA

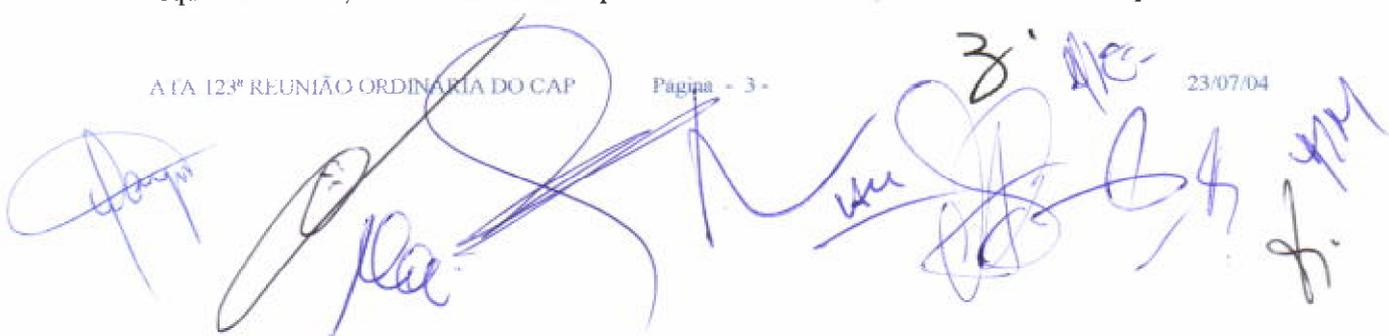
Aos trinta dias do mês de abril de 2004, na sala de reuniões do CAP, às 9 horas, sob a presidência do Sr. **Hélio José da Silva**, em virtude da justificativa por motivo de saúde do Presidente titular, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, na sede da APPA, situado na Rua Antônio Pereira, 161, com a **presença dos Conselheiros**, Mário Marcondes Lobo Filho, José Silvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Jorge Tacla Filho, Arivaldo Barbosa José, Maria do Socorro de Oliveira, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Airton Galinari, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Antônio de Mattos e dos **convidados** Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, Dr. Marco Antônio Franco, Delegado da DRF/Paranaguá/PR, Representante da ANVISA, Valéria Gozzo Antonietto, Representante do IAP, Sr. João Ivano Marson, Presidente do OGMO/PR, Representantes Técnicos da APPA, Luiz Henrique Tessutti Dividino, Xênia Karina Arnt, e Procurador Jurídico, Dr. Mauro Maranhão e Sr. Nilson Hanque Camargo, Representante da FAEP. **Abertura da Reunião:** O **Presidente** em exercício iniciou a reunião saudando e agradecendo a presença dos Conselheiros e convidados. **Justificativa de Ausência:** dos Conselheiros, Mário Manoel das Dores Roque, Juarez Moraes e Silva, Ogarito Borgias Linhares, Carlos Alberto Silveira Calvo, Adriano Gustavo Vidal, João Gilberto C. Freire e Dr. Jorge Quirilos Assis, Delegado da Polícia Federal. **Aprovação da Ata:** A Ata da 122ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. **Informe:** Número de Operadores Portuários regulares operando no porto são de 50. **Pauta:** Ofício Circular n.º 12/04-CAP/Pr., contendo a ordem do dia e o expediente, informando aos Conselheiros os documentos tramitados no Conselho durante o mês de abril/2004. Dando continuidade à reunião, o Presidente passou a palavra ao Sr. **Marson** a pedido de antecipação, por compromissos profissionais, e iniciou a apresentação do Plano de Treinamento do OGMO dizendo que o material é farto e estará a disposição na secretaria do CAP, para que tenham noção como o OGMO e com a parceria da Diretoria do Departamento de Portos e Costas desenvolvem o treinamento dos trabalhadores portuários avulsos em Paranaguá, para atender as necessidades da formação profissional. Disse que o OGMO está se aperfeiçoando mais neste sentido e também, obteve aprovação de um curso de NBA junto ao Departamento de Portos e Costas, após 4 anos ou mais, o qual será realizado o mais rápido possível. Respondendo ao questionamento do Presidente quanto o Relatório Gerencial do OGMO, informou que será providenciado para as próximas reuniões. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PDZPO:** Na seqüência a Conselheira **Maria do Socorro**, disse a título de informação que a construção do Cais do Oeste está contemplado no PDZPO. Entretanto, desconhece o projeto básico que está em vigor, acha interessante solicitar a APPA o encaminhamento ao Conselho para conhecimento da forma de construção, profundidade do estuário se houve alguma alteração. Complementando o Conselheiro **Mario** disse que no final do ano passado foi assinado Convênio com DNIT, o qual prevê que todas as etapas deverão ser aprovadas pelo DNIT e que acha pertinente a colocação da Conselheira, entretanto, o projeto básico foi encaminhado para aprovação e acredita que possa sofrer alterações por sugestão do próprio DNIT. Manifestaram os Conselheiros **Fayet e Frísoli** dizendo que na época o Conselho aprovou a obra com recurso federal e agora se fala em recurso tarifário, isto é do Porto. Sendo contestado pelo Conselheiro **Mario** que falou que seria apenas a título de antecipação para não haver paralisação na obra. Após os debates o CAP aprovou o encaminhamento de solicitação da APPA, o projeto técnico com as especificações, utilização e retro área da obra de construção do Cais Oeste. Neste momento, o Superintendente da APPA passou a participar da reunião, sendo saudado pelo Presidente e demais presentes. **RELATÓRIO GERENCIAL OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA:** O Conselheiro **Mario** disse que foram distribuídos aos presentes os relatórios contendo dados do mês de março/04, do Porto de Paranaguá - Movimento de Carga Geral - Exportação de 339.409 ton. - Importação de 94.314 ton.; Granéis Sólidos - Exportação de 1.673.315 ton. - Importação de 585.350



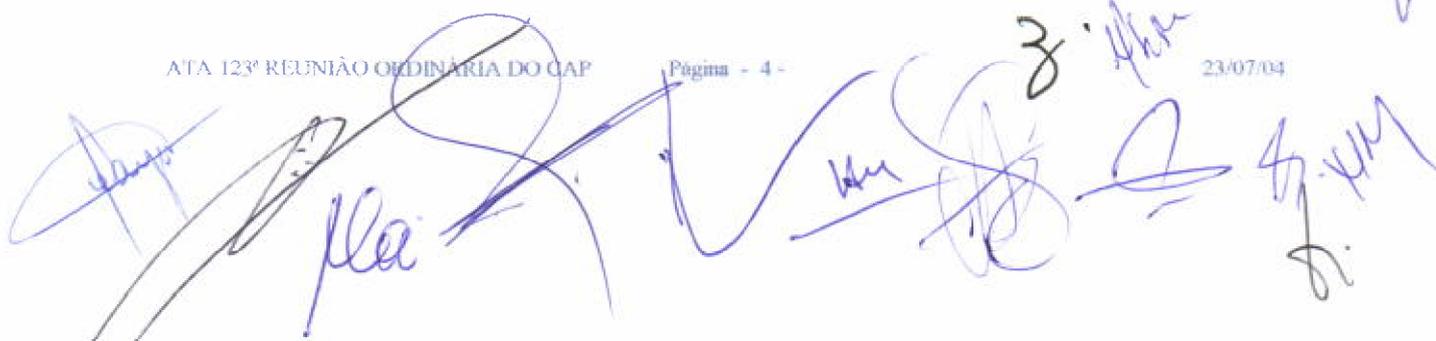
ton.; Granéis Líquidos - Exportação de 326.683 ton. - Importação de 41.678 ton.; Contêiner - Exportação de 12.527 TEU - Importação de 11.457 TEU; Veículos - Exportação de 3.903 unid. - Importação de 151 unid.; Atracações de 176 navios. Porto de Antonina - Exportação de 48.179 ton. - Importação de 36.504 ton; Saldos em 31/03/2004 - PROMAR de R\$29.971.324,12; PROSILO de R\$ 12.929.529,86 e PROPOR de R\$12.748.993,61. Informou que continuam administrando da mesma forma os programas, a diferença foi na aplicação, que passou a ser cooperativa, porque tem o rendimento maior, através do Banco do Brasil. **COMISSÃO DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS:** O **Presidente** solicitou a manifestação dos membros da Comissão em virtude da ausência do relator João Gilberto. **Maria do Socorro** disse que não houve reunião da Comissão. Colocando ao Plenário o **Presidente** sugeriu que a Comissão agende uma reunião na próxima semana para dar continuidade aos assuntos no âmbito da Comissão. **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO GERENCIAMENTO NO TRATAMENTO DE RESÍDUOS E ZOOSES:** Em virtude da saída do relator antes do encerramento da sessão, devido a saída do relator antes do encerramento da reunião, em virtude da sua participação em outro evento, a Conselheira **Maria do Socorro** relata que foi feita reunião para tratar especificamente sobre Zoonoses (ratos, pombos), juntamente com os setores ambientais, saúde, vigilância, APPA e outros. Após várias discussões em relação à proliferação de pombos em Paranaguá. Concluiu-se que este tipo de ave, tornando-se "praga" no ambiente portuário. No Porto de Paranaguá que são comercializados grãos sólidos, especialmente grãos geram muitos problemas, em relação a essa praga, cuja acidez das fezes tem efeito corrosivo, suas penas transmitem parasitas, microorganismos, bactérias e fungos, e, nos pés quanto nos bicos transmitem varias doenças. A lei ambiental (9605, no seu art.29) considera os pombos como animais domésticos e simboliza a paz, sendo que qualquer ação no seu controle provocando morte, danos físicos, apreensão e maus tratos podem resultar em crime. Foi sugerido que se fizesse um projeto de emergência de curto, médio ou longo prazo para se ter um controle desta situação por existir sempre um entrave em relação aos pombos com cunho ambiental e que será deverá ser tratada pela APPA junto a estes órgãos ambientais por se tratar de uma questão coletiva onde nem todos os setores do porto fazem o controle e com isto esta causando muitas perdas e gerando muitos problemas principalmente com os compradores quando fazem visitas ao porto e há um interesse dos órgãos ambientais por afetar também a saúde da população e com isto mostrando uma solução efetiva e não formal. Afirma que é difícil manter totalmente limpo todo o porto que trabalha com cereal, é impraticável manter só com a limpeza, tendo que ter outras formas de controle para minimizar tal problema, reportando a manifestação do representante do IAP. O **Presidente** perguntou aos integrantes da Comissão e convidados se tem algo a acrescentar. Tomando a palavra o **Superintendente da APPA** acrescenta que o assunto é extremamente delicado, considerando que a legislação impede a eliminação das aves, caso contrario, transfere para o CAP a solicitação dos estudos e que o Conselho assuma esta responsabilidade. Sabe que as empresas poderiam trabalhar para que este porto fosse mais ordenado e limpo, ou seja, que não houvesse tantos resíduos. Disse que é obrigação dos operadores portuários efetuarem a limpeza após cada operação e isso não ocorre a muitos anos e tem solicitado aos operadores portuários que cumprem com suas obrigações, mas não obtém o eco. Se as empresas colocassem seus faxineiros fazendo a limpeza na faixa e trabalhassem com as esteiras e dutos fechados podem diminuir o limite insuportável de resíduos e a solução em relação aos pombos. **APRESENTAÇÃO DA APPA SOBRE ISPS CODE:** Sr. **Luiz Henrique** fala da situação em que se encontra o trabalho de ordem institucional, com relação aos planos: são 26 planos em Paranaguá; 16 foram entregues, sendo 5 avaliados pela CONPORTOS e 11 para ser avaliados nessa reunião, sendo que podem ser aprovados; e os restantes devem ser submetidos à apreciação da CONPORTOS em reunião extraordinária, a ser realizada no dia 14 de maio e com isso está vencida a fase institucional e de estudos em definição do plano. A fase de implementação seria a última fase e a parte de treinamento já está agendado na SENASP em Brasília e os terminais de Paranaguá já se escreveram para o treinamento dos oficiais e supervisores de segurança, sendo cumprida no início do próximo mês. Ficando somente à parte de execução da implementação do plano. Informa que algumas estão



adiantadas na parte de obras civil e tendo a APPA de fazer melhorias em suas infra-estruturas, sendo feito um diagnostico de todas as áreas do porto e de tudo o que deve ser feito e encaminhada para as áreas competentes e para parte de execução de obras civil. Inicia a apresentação no sentido de mostrar as propostas de melhorias e qual a situação em que se encontra, tais como: controle de acessos (terrestres e marítimos), delimitação de áreas para cargas perigosas, níveis de segurança 1-2 e 3 (procedimentos básicos), sistema de troca de informações e visão conceitual melhorias; melhorias acesso ferroviário, reformar acesso principal balanças, reformar acesso balança 11, construir entrada de pessoas e finalizar obras balanças 4/5. Informa que o material completo estará à disposição na secretaria do CAP. Respondendo a pergunta da Maria do Socorro fala que as câmaras estarão espalhadas em toda área e entende-se que trinta câmeras não fotográficas, mas de monitoramento dariam conta do mínimo necessário e que foi pesquisado bastante o assunto, porque se colocar mais de trinta câmeras para monitorar não se permite o nível de serviço adequado, por que tem que ser acompanhado em tempo real, por que as áreas são bastante críticas e atende a necessidade do porto. O Conselheiro Fayet pede que envie ao Conselho o programa de investimento com todo o esboço para ser aprovado, para ter a base formal, pronta para definir o plano emergencial e solicita reunião extraordinária para aprovação este plano de investimento. O Conselheiro Silvio solicita uma avaliação como estaria o cronograma das aprovações da certificação e dos prazos no modo geral do porto de Paranaguá. O Sr. Luiz fala que a parte institucional pretende estar com 16 planos já aprovados e com relação a APPA foi encaminhada a documentação do levantamento emergencial e, a parte de infra-estrutura de obras civil principalmente, já está em fase de licitação. Quanto à certificação da APPA, falou que conversa diariamente com o coordenador geral da CONPORTOS para atualizar a situação, a questão do cronograma de agenda que a partir do dia 20 de maio inicia-se os processos de visitas para a certificação. Responde também, a preocupação do Conselheiro Ariovaldo sobre essa mudança que poderá acarretar filas, dizendo que houve uma reunião e que tudo depende das parcerias com os representantes dos terminais em função disso. Obviamente se esta parceria não funcionar vão ter problemas sérios, por que no dia 01/07, com ou sem tecnologia vão ser colocados cadeados no portão, sendo que o apoio do Conselho é importante, a Administração já está ajudando. O Presidente salientou que como houve uma proposta de reunião extraordinária para analisar a programação de investimentos, o detalhamento e ampliação destas certas questões, poderão ser abordados durante essa reunião. Diante, destes fatos foi aprovada a reunião extraordinária a ser realizada no dia 14 de maio do corrente ano. **ASSUNTOS GERAIS: Ordem de Serviço/Operação safra:** O Conselheiro Fayet fala sobre a correspondência encaminhada ao Conselho, sobre a questão operação safra, informa como foi tratada esta matéria, inclusive com a intervenção do Ministério de Transportes, e que o material gerado pela Superintendência que concordou com seus termos da proposta. Solicita que se homologasse uma resolução, contemplando todo o resultado desta discussão e fica fechado o regulamento de operações para a safra. Informa que o material foi distribuído amplamente. O Conselheiro Mário Lobo protesta e disse que esta proposta merece um estudo mais aprofundado, nem que fosse necessária uma reunião extraordinária para se ter o conhecimento, diz que todos precisam ter acesso ao relatório, acha que a matéria está fora da pauta e que ninguém veio preparado para votar, aprovar ou não uma resolução sobre esta questão. O Dr. Eduardo, Superintendente da APPA disse que conversou bastante com Albanesse, representante do Ministério dos Transportes, mas não concluiu absolutamente nada, mais se ele dá como concluída a questão, então respeita a posição do Albanesse, esse pode ser o entendimento dele. Entretanto, parece que não é este o entendimento da APPA, se é uma matéria que necessita de ampliar a discutir, vamos discuti-la o suficiente. O Conselheiro Mário Lobo pede que o Procurador Jurídico se manifeste, o qual diz que elaborou o parecer sobre a matéria a pedido do Presidente titular e que passa a esta presidência o documento para ser distribuída a todos. **Dragagem.** O Cons. Fayet relata que a questão é que, por várias vezes, o Diretor Técnico ficou de enviar o relatório por escrito, anexando a documentação pertinente para o CAP tivesse a oportunidade de intervir no processo, nunca se teve uma resposta escrita e já ouviu várias versões divergentes, requerendo assim, um relatório formal que se torna fundamental, há um fato concreto que houve uma



renegociação no contrato, que não passou no CAP, esse contrato foi repactuado em condições mais adequadas. Ocorreu que a empresa começou a dragar e não recebeu o dinheiro, parou de dragar, não se pode dizer que foi o contrato da Bandcirantes que não prestava, que a empresa não é confiável ou que a repactuação do contrato não permitiu a correção dos erros, foi mal feita. Como se está recebendo em um ano, a demanda do CAP registrada em ata, não está sendo cumprida a dragagem sofrendo um descumprimento da rotina legal que é uma irregularidade, este fato está prejudicando a comunidade e não estamos recebendo respostas determinadas, onde tem na última ata do dia 06 de fevereiro, uma lista detalhada de tudo que foi pedido a respeito do assunto, como o CAP não tem poder de intervenção "à força", tem que comunicar a escala legal o fato, caso contrário estaria assumindo uma responsabilidade solidária, sendo que a Diretoria Técnica assumiu o compromisso e não cumpriu e acha que o Conselho tem que tomar uma providência administrativa. O **Presidente** pergunta ao Dr. Eduardo se haveria alguma dificuldade para que a APPA apresente este relatório, conforme o Conselho vem solicitando. O Superintendente **Eduardo Requião** disse que é uma situação delicada do Porto de Paranaguá. Disse que esta informação poderia ser dada imediatamente com ou sem a sua presença no CAP; fala também, que existem ofícios do CAP que nunca chegaram ao seu conhecimento, em se tratando de uma solicitação feita em seu nome, tendo algumas dificuldades administrativas que se vêm tentando superar; disse que coloca o contrato original, que foi homologado pelo CAP, a disposição. Este contrato, tanto o repacto que fez, como apresentar todas as dificuldades que se tem para resolver este problema e acrescenta que tem conversado com o Ministro de Transporte com relação à dragagem e o Ministro foi ao Carlos Alberto da Nobrega, o Presidente da ANTAQ para que se pudesse chegar a um consenso em relação à dragagem que preocupa a todos e se coloca particularmente como responsável por qualquer acontecimento no Porto de Paranaguá por ser o Superintendente. A Conselheira **Maria do Socorro** fala ao Presidente que esta tendo um problema de tráfego de comunicação da parte do Conselho e que o bloco dos trabalhadores gostaria de mostrar um descontentamento em relação com a secretaria do Conselho. O Conselheiro **Ariovaldo** registra a qualidade dos serviços da funcionária da APPA, Sr^a Sonia prestados neste CAP e que os integrantes do bloco dos trabalhadores fazendo os agradecimentos. O **Presidente** diz que pode se encaminhado de uma forma mais aberta, onde todos possam expor seu ponto de vista com sugestões e críticas aos procedimentos que são adotados. O Conselheiro **Fayet** a título de encaminhamento sobre os assuntos solicitados pelo Conselho deveria ser de forma um relatório escrito. Cita os assuntos: operação safra, Zoonoses, recuperação do cais 213, liberação do berço 216 e projeto básico e especificações técnicas da obra Cais Oeste. Propõe que estes assuntos sejam apreciados na reunião extraordinária. O Superintendente da APPA, **Dr. Eduardo** esclarece que quando assumiu o porto tinha acontecido um acidente no berço 213 e iniciou a contratação de uma empresa para fazer o trabalho emergencial, mas na época esse processo tinha 9 meses. Com 15 dias no máximo, pela Lei 8666/93 a emergência se descaracteriza, portanto, o processo foi anulado, então a ACIAP disse que realizaria esse trabalho e APPA forneceria as estacas, a modificação que surgiu e que não foi à obra, foi uma emergência, relata o proprietário da empresa Hoca e que lhe foi dito não cravasse as estacas de concreto, mas estacas metálicas sem o tratamento por solicitação da ACIAP e dos operadores portuários, concluindo isso, a Empresa dá um laudo para que tivéssemos a garantia de um ano a um ano e meio para que se pudesse fazer a obra conclusiva. Estando dentro da garantia. As obras do Cais Oeste foram divididas em três partes: a recuperação de 1100 metros, a dragagem, o cais propriamente dito para baixar o custo, por que não há BDI sobre a dragagem e, como a licença ambiental foi dada para a primeira fase, que seria na recuperação dos 1100 metros, que inclui o berço 213, não especificamente para este trabalho ou para esta obra em um todo. Fala que ficou temeroso em pedir uma segunda licitação em cima de um processo que foi anulado e que entraria com o trabalho no 213 e o cais oeste ficaria impedido, como tivesse sobrepondo concorrência, a precaução foi ficar fora do sistema, esperando mais serenidade que não conseguiu no cais oeste como não conseguiu, dividiram o escopo da obra. Depois da chuva forte teve um vazamento percebe-se que tem um túnel em baixo e que o perigo é eminente. Afirma que foi contratado uma empresa e que já está na mão do Governador Requião que fará esta obra em duas

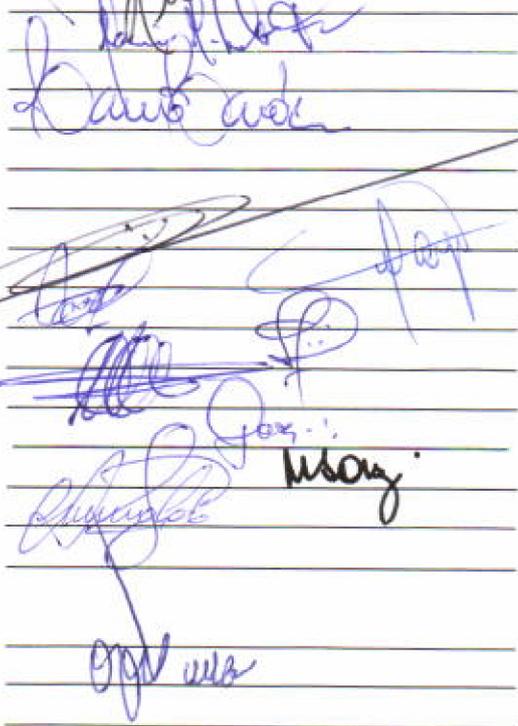


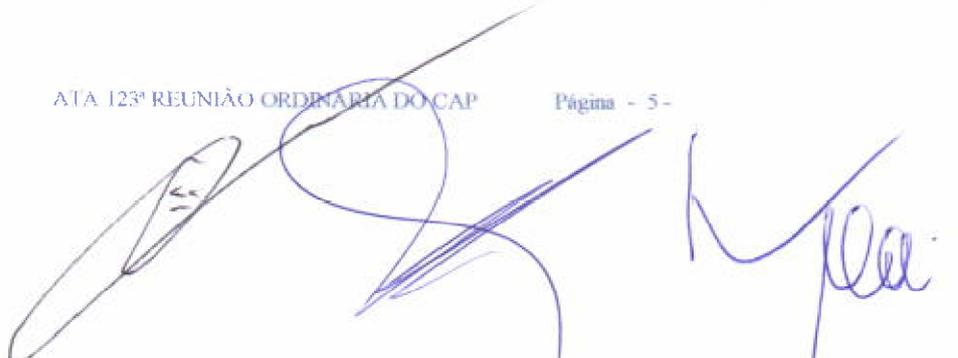
etapas o berço 213, por 420 reais, e uma firma idônea que opera em Santa Catarina e que tem no seu currículo obras portuárias, isto resolve o berço 213. Com relação ao 216 vai ser discutido com o Sr. Mauro, Superintendente do TCP, o por que das licenças ambientais e tentar separar o conflito político das questões do porto. Repete que até o momento em que foi iniciada a discussão sobre o berço 216, a sua relação com o CAP era ótima. Quando colocou em seu lugar Antonina foi uma tentativa de homenageá-la já que nunca tinha participado do CAP, colocando o Sr. Juarez em seu lugar para poder recuperar o Porto Público "Barão de Tefé". Quando surgiu o problema com o 4º Termo Aditivo, com referência ao preço no trabalho que foi contestado pelo Governo do Estado, foi sugerido que o CAP pudesse discutir todo o contrato, antes de se apresentar ao governador, para eliminar a pressão política. **Palavra livre:** Com relação à questão de falta de amarradores e ocasionando problemas na operação de amarração. A APPA ficou de informar ao CAP a solução e não foi dado, sendo solicitado ao Superintendente Dr. Eduardo pelo Ariovaldo que dê uma explicação e se tem uma solução final. O **Dr. Eduardo** disse que a questão se identificou mais no cais inflamável, quando tem três navios e chega mais um ao mesmo tempo e complica para os amarradores se deslocarem, está sendo analisado o sistema de amarração e tendo que se discutida e trabalhando para que se aprimore cada vez, mas por que é um setor primordial do porto. Respondendo a pergunta Maria do Socorro em questão do bloco dos trabalhadores em relação à limpeza, fala que não poderia contratar nem uma firma de limpeza e que é responsabilidade do porto, que fez um contrato um concurso que esta sendo pressionado pelo tribunal de contas ele insiste em fazer concurso, mas por falta de compreensão do sindicato e grupo de resistência. Quanto o bloco é para trabalhar na limpeza da faixa e do silão, através da requisição do OGMO. Nada mais havendo a tratar o Sr. **Presidente** deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, confirmando a Reunião Extraordinária para o dia 14 de maio de 2004, às 9 horas e tendo eu **Rosa Shimoisa Ebina**, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinado pelo Presidente, demais Conselheiros e Convidados.

CONSELHEIROS/CONVIDADOS

Hélio José da Silva
Mário Marcondes Lobo Filho
José Silvio Gori
Mauro Fontoura Marder
Jorge Tacla Filho
Zulfiro Antônio Bósio
Ozeil Moura dos Santos
Luiz Antônio Fayet
Airton Galinari
Sidney Pinto
Luiz Antonio de Mattos
José Roberto de Almeida Corrêa
Maria do Socorro de Oliveira
Arivaldo Barbosa José
Valéria Gozzo Antonietto
CONVIDADOS:
Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva
CMG Osmar Pedro da Cunha
Marco Antonio Franco

ASSINATURA





Presidente : José Carlos de Oliveira Mendes
Secretária-Executiva: Rosa Shimolsa Ebina
Endereço : R. Antônio Pereira, 161 - CEP 83.221-030 - Paranaguá -PR
Fone/fax: (041) 420-1360 -- Fone: (041) 420-1142
E-mail : cappgua@pr.gov.br

**Conselho de Autoridade Portuária
dos Portos de Paranaguá e Antonina**

Mauro Maranhão
João Ivano Marson
Florival Curcio Júnior
Nilson Hanke Camargo
Luiz Henrique Tessutti Dividindo
Xênia Karina Arnt

